



NAÇÕES UNIDAS
GUINÉ-BISSAU



2023

NAÇÕES UNIDAS
RELATÓRIO ANUAL
DE RESULTADOS



GUINÉ-BISSAU

MARÇO DE 2024





ÍNDICE

Prefácio do Coordenador Residente	04
1. Principais desenvolvimentos no país e no contexto regional	09
Guiné Bissau: Em Resumo	12
2. Apoio do sistema de desenvolvimento da ONU às prioridades nacionais de desenvolvimento através do Quadro de Cooperação	15
2.1. Visão geral dos resultados do Quadro de Cooperação	15
2.2. Quadro de cooperação: prioridades, resultados e realizações	18
Prioridade estratégica 1: Governança Transformadora e Inclusiva, abrangendo o respeito pelo Estado de Direito e a Manutenção da Paz	18
Prioridade estratégica 2: Transformação Económica Estrutural, Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Verde Inclusivo e Resiliente que Não Deixe Ninguém Para Trás	26
Prioridade estratégica 3: Desenvolvimento do Capital Humano	34
2.3. Apoio a parcerias e financiamento da Agenda 2030	43
2.4. Resultados da ONU trabalhar mais e melhor em conjunto: coerência, eficácia e eficiência da ONU	44
2.5. Quadro financeiro	44
3. Principais objetivos do UNCT para 2024	47
Acrónimos	50

PREFÁCIO

PELA COORDENADORA RESIDENTE



Na qualidade de Coordenadora Residente em exercício da Organização das Nações Unidas (ONU) na Guiné-Bissau, tenho a honra de apresentar o Relatório Anual de Resultados para 2023. Este relatório abrange o segundo ano de implementação do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF) 2022-2026, uma visão da ONU e um acordo estratégico entre o Governo da Guiné-Bissau e o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDS). Este relatório apresenta o compromisso e os esforços coletivos das agências, fundos e programas da ONU na Guiné-Bissau, trabalhando em parceria com o Governo, organizações da sociedade civil (OSC), comunidades e parceiros internacionais, para cumprir a nossa promessa de Não Deixar Ninguém para Trás.

O trabalho do Sistema das Nações Unidas em 2023 destaca a importância da parceria e da ação coletiva para enfrentar desafios multifacetados. Através dos nossos esforços conjuntos, o Sistema da ONU na Guiné-Bissau fez progressos em várias áreas, contribuindo diretamente para o bem-estar do povo da Guiné-Bissau e trabalhando para a realização da Agenda 2030 e dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Uma conquista notável no âmbito deste Quadro de Cooperação, foi o apoio do Sistema das Nações Unidas para a organização bem-sucedida das eleições legislativas, realizadas a 4 de junho de

2023. A Guiné-Bissau também ratificou o Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africano (AfCTA), tornando-se o quadragésimo quarto Estado Membro a aceder a um mercado regional de 1,3 mil milhões de potenciais consumidores.

Através de várias iniciativas e intervenções, a ONU tem também desempenhado um papel fundamental no apoio aos direitos humanos e aos esforços de consolidação da paz na Guiné-Bissau, reconhecendo a sua importância crítica para a promoção do desenvolvimento sustentável na região.

No entanto, a instabilidade política persiste, exemplificada pela dissolução do parlamento a 4 de dezembro de 2023. As repercussões da guerra na Ucrânia e os efeitos adversos das alterações climáticas fizeram subir os preços dos alimentos, dos combustíveis e dos fertilizantes importados, complicando ainda mais a recuperação económica da Guiné-Bissau após a pandemia de COVID-19. A queda dos preços do caju, juntamente com uma época de comercialização do caju sem sucesso, afetou desproporcionalmente as populações vulneráveis, incluindo mulheres e crianças na Guiné-Bissau. Isto realça a necessidade urgente de soluções inclusivas e sustentáveis para os desafios da pobreza no país.

Olhando para 2024, a ONU identificou prioridades-chave que orientarão o nosso trabalho e reforçarão o nosso impacto. Estas

prioridades incluem o apoio da ONU ao reforço do sistema de dados, incluindo recenseamento geral da população e o Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS). Isto é crucial para permitir a tomada de decisões informadas e a formulação de políticas eficazes. Além disso, o nosso foco incluirá o apoio à formulação de um novo Plano Nacional de Desenvolvimento e à implementação de um sistema de proteção social sensível a choques. Estes representam passos essenciais para alcançar a sustentabilidade e a resiliência a longo prazo, reforçando a parceria de coordenação do desenvolvimento e procurando oportunidades para a cooperação sul-sul.

O caminho a percorrer permanece um desafio, mas o nosso compromisso inabalável e as lições aprendidas em 2023 fornecem uma base sólida para os esforços contínuos da Equipa Nacional das Nações Unidas (UNCT) para alcançar a Agenda 2030 e os seus ODS na Guiné-Bissau.



Sr.ª Etona Ekole
Coordenadora Residente interina da ONU e Representante da UNICEF



EQUIPA PAÍS DA ONU



16
Agências no âmbito do quadro de cooperação

AGÊNCIAS RESIDENTES



AGÊNCIAS NÃO-RESIDENTES



Ministérios e parceiros governamentais

Ministério da Agricultura
 Ministério da Economia, Plano e Integração Regional
 Ministério da Educação
 Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades
 Ministério do Interior
 Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
 Ministério dos Recursos Naturais
 Ministério da Saúde Pública
 Ministério do Setor Público
 Ministério da Mulher, da Família e da Solidariedade Social
 Assembleia Nacional Popular

Parceiros de financiamento

Fundação Bill e Melinda Gates
 União Europeia (UE)
 Gavi, a Aliança para as Vacinas
 Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)
 Fundo Verde para o Clima (GCF)
 Itália
 Japão
 Fundo de Consolidação da Paz (PBF)
 Espanha
 Fundo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 O Fundo Global
 Banco Mundial

Outros parceiros

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)
 Centros de Acesso à Justiça (CAJ)
 União Europeia (UE)
 Observatório Guineense da Droga e da Toxicodependência (OGDT)
 Instituto Nacional de Estatística (INE)
 Instituto da Mulher e Criança (IMC)
 Fundo Monetário Internacional (FMI)
 Forças-Tarefa Conjuntas de Interdição em Aeroportos (FTCIA)
 Centro de Formação Judiciária (CENFOJ)
 Comissão Nacional do Território
 Laboratório Nacional do Solo
 Laboratório Veterinário Nacional
 Banco Mundial



CAPÍTULO



PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS NO PAÍS E NO CONTEXTO REGIONAL

A Guiné-Bissau, uma nação da África Ocidental abundante em recursos naturais, enfrenta desafios socioeconómicos apesar dos seus recursos. O país depende fortemente das exportações de castanha de caju, o que o torna vulnerável a fatores externos.





O panorama económico permanece difícil, uma vez que as repercussões da guerra na Ucrânia continuaram a fazer subir os preços dos alimentos e dos combustíveis importados. Além disso, a queda da procura mundial de bens de consumo básicos e um ambiente de financiamento global mais restritivo estão a pesar sobre as perspetivas de crescimento económico. O crescimento económico em 2023 foi modesto, subindo para 4,5 por cento, em comparação com 4,2 por cento em 2022.¹ Esta melhoria marginal pode ser atribuída em parte à inclusão de estoques de caju não vendidos transferidos de 2022, após a campanha de caju de 2023 sem sucesso. No entanto, o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) per capita continua a ser extremamente baixo, com 0,7%, ficando muito abaixo da taxa de crescimento da população de 2,5%. Embora a inflação tenha abrandado, continua a ser elevada, situando-se em 6,3%, muito acima do objetivo regional de 3%. Prevê-se que o défice orçamental atinja os 18%,² devido às despesas adicionais efetuadas pelo Governo para atenuar

o custo de vida. O endividamento continua a ser elevado, representando em média 81% do PIB.

Apesar deste ambiente desafiador, a Guiné-Bissau conseguiu fazer progressos na implementação do programa crucial de três anos do Fundo Monetário Internacional (FMI). O programa de 36 milhões de dólares, aprovado em 30 de janeiro de 2023, visa garantir a sustentabilidade da dívida, melhorar a governação orçamental e reduzir a corrupção, criando simultaneamente espaço orçamental para aumentar as despesas nos setores sociais. Para além do apoio fiscal, o acesso à Facilidade de Crédito Alargada aumentou a credibilidade da reforma fiscal junto dos doadores e credores, permitindo ao Governo obter apoio orçamental adicional dos parceiros. Durante o período abrangido pelo relatório, o Governo conseguiu alcançar com êxito os objetivos especificados no acordo.

A situação macroeconómica prevaiente traduziu-se num agravamento da crise do custo de vida. A descida dos preços do caju, que são fundamentais para a economia, teve um impacto

significativo nos rendimentos das famílias. A castanha de caju continua a ser uma fonte de rendimento fundamental para a economia não diversificada, com os preços à saída da exploração a acompanharem o rendimento da maioria das famílias. Isto significa que qualquer flutuação nos preços do caju tem um impacto imediato e significativo no bem-estar financeiro das famílias. Embora os preços de referência oficiais do Governo para o caju permaneçam nos 375 francos CFA por kg, os agricultores receberam apenas 150 francos CFA por kg. Esta queda de preços é influenciada tanto pela dinâmica do mercado global como local. A nível internacional, os preços do caju baixaram devido a vários fatores macroeconómicos, incluindo a procura mundial. As restrições logísticas internas impediram que mais de 50.000 toneladas de caju fossem exportadas durante a campanha de 2022. O excedente de castanhas em bruto transitado a partir de 2022, contribuiu para a

diminuição dos preços pagos aos produtores em 2023.

No entanto, o impacto das pressões inflacionistas reais é ainda mais elevado do que a média nominal sugere, uma vez que a maior parte é impulsionada pela alimentação, que inclui mais de 70% das despesas das famílias pobres. Estima-se que cerca de 80.964 pessoas na Guiné-Bissau estejam em crise, necessitando de assistência alimentar imediata. Mais de 223.536 pessoas (13% da população) estão em situação de insegurança alimentar e necessitam de assistência para evitar que entrem em crise.³ Prevê-se que este número atinja os 16% em 2024.

A crise do custo de vida foi marcada por ações de greve dos sindicatos. Desde outubro de 2023, foram registados mais de 10 incidentes de greves comunicadas. O congelamento das contratações, os salários em atraso e as más condições de trabalho criaram um ambiente de trabalho agitado para os professores e os profissionais de saúde, com implicações para a prestação de serviços básicos.⁴ Um inquérito revelou que mais de um em cada quatro professores do ensino primário admitiu estar regularmente ausente, com ausências que ocorrem pelo menos uma vez por semana. Estas ausências regulares são mais prevaientes nas zonas urbanas (29%) em comparação com as regiões rurais (11%).⁵ Além disso, mais de metade dos professores do ensino público inquiridos citaram as greves, motivadas por atrasos crónicos nos salários, como uma das três principais razões para as suas ausências.

Do ponto de vista político, apesar do êxito das eleições legislativas, que constituíram o principal foco de atenção da ONU e dos parceiros, 2023 foi repleto de desafios. Estes incluíram uma crise sem precedentes que levou à demissão do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça em novembro de 2023, à dissolução do Parlamento em dezembro de 2023 e ao facto de o Relator Especial sobre a independência dos juizes e advogados ter manifestado publicamente a sua preocupação relativamente ao setor da justiça e ao processo de 1 de fevereiro de 2022.⁶ Ao longo do ano, os ativistas dos direitos humanos denunciaram um espaço cívico cada vez menor.

¹ O Banco Mundial reviu recentemente em baixa a sua estimativa para 2,8%. No entanto, a estimativa do Governo continua a ser positiva, situando-se em 4,2%.
² OGE 2023.

³ MADR 2023. Quadro harmonizado para a análise e identificação de zonas e populações em situação de insegurança alimentar no Sahel e na África Ocidental.

⁴ Banco Mundial. 2017. Educação de qualidade para todos na Guiné-Bissau. Consultado em: <https://documents1.worldbank.org/curated/pt/372021517990868290/pdf/Guinea-Bissau-Quality-Education-for-All-Project.pdf>.

⁵ UNICEF (2021). Time to Teach Assiduidade dos professores e tempo de trabalho nas escolas primárias.

⁶ Data de um golpe de Estado falhado, em que as forças armadas cercaram o palácio do Governo durante várias horas, enquanto o Presidente e o Primeiro-Ministro se encontravam no interior para uma reunião de Governo.

GUINÉ BISSAU: EM RESUMO



População total
1,9 milhões



Crescimento populacional
2,4%



Crianças < 15 anos
41%



Jovens 15–34 anos
35%



Pobreza
Multidimensional
64%
da população



PIB per capita
609.966 FCFA



PIB
962.650.000.000 CFA



Superfície terrestre

- **36,125 km²**
- **70%** da população reside ao longo da costa
- **Segundo país mais vulnerável** às alterações climáticas depois de Bangladesh



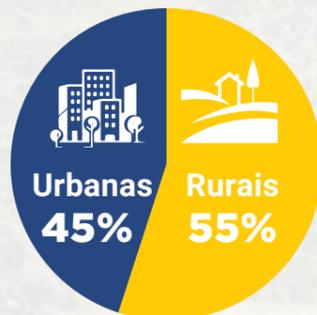
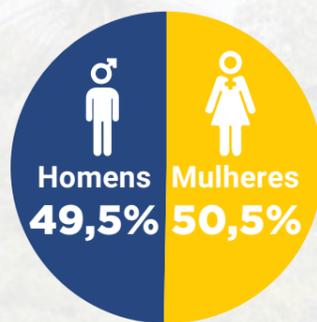
Área protegidas

- **26%** do território nacional
- **50.7%** dos sítios marinhos protegidos
- **Maior riqueza natural per capita** na África Ocidental



SIDS

- **105,000 km²** de território marítimo
- As Zonas Económicas Exclusivas equivalem é **7 vezes o tamanho** total do território



O crescimento económico em 2023 foi modesto, **situando-se em 4,5%, contra 4,2% em 2022.**



Estima-se que cerca de **80.964 pessoas se encontrem** em fase de crise, necessitando de assistência alimentar imediata.



Mais de **223.536 pessoas (13% da população)** estão em situação de insegurança alimentar, necessitando de assistência para evitar que entrem em crise.



Prevê-se que este valor atinja **16% em 2024.**



CAPÍTULO



APOIO DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU ÀS PRIORIDADES NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO

► 2.1. Visão geral dos resultados do Quadro de Cooperação

Em agosto de 2021, o Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas na Guiné-Bissau e o Governo da Guiné-Bissau, representado pela Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades, assinaram o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF) para o período 2022-2026, como um compromisso formal para a realização da Agenda 2030 e dos seus ODS. Este novo Quadro de Cooperação, que substituiu o Quadro de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAF) 2016-2020, alargado até dezembro de 2021, representa uma evolução estratégica na parceria entre o Sistema da ONU e a Guiné-Bissau. Desenvolvido através de consultas abrangentes envolvendo entidades governamentais, a sociedade civil e o setor privado, o UNSDCF delinea uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável no país. Está estreitamente alinhado com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2020-2023 e os 17 ODS.

O Quadro de Cooperação define três prioridades estratégicas fundamentais para o desenvolvimento da Guiné-Bissau: governação transformadora; transformação económica

estrutural, juntamente com o crescimento inclusivo e verde; e desenvolvimento do capital humano. As prioridades interligadas e interdependentes são compostas por três resultados estratégicos, 18 indicadores de resultados, 16 realizações e 77 indicadores de realizações. O Quadro de Cooperação procura integrar os princípios de não deixar ninguém para trás, a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, bem como uma abordagem da cooperação para o desenvolvimento baseada nos direitos humanos. No contexto da transição, integra as oito prioridades de consolidação da paz adotadas entre o Governo e as partes interessadas no prelúdio do encerramento do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), em dezembro de 2020. Como principal veículo de apoio da ONU, integra também as principais prioridades do Plano de Resposta Socioeconómica (SERP) contra a COVID-19, adotado pelo UNCT em 2021.

O ano de 2023 marcou o segundo ano de implementação do UNSDCF e os esforços de colaboração de 13 entidades residentes e não residentes da ONU. Foi implementado um plano de trabalho conjunto bianual para 2022 e 2023 para orientar estes esforços. Este relatório anual visa destacar os progressos realizados no sentido de melhorar a vida e o bem-estar do povo da Guiné-Bissau ao longo do ano de referência de 2023, concentrando-se nos resultados alcançados através das iniciativas do Quadro de Cooperação.



UNSDCF 2022–2026	Plano de Desenvolvimento Nacional 2020–2023	Agenda 2030	ODS
<p>Até 2026, a população da Guiné-Bissau beneficiará de uma melhor governação democrática, paz e Estado de direito, e as suas necessidades básicas serão satisfeitas.</p>	<p>Objetivo estratégico 1</p>	<p>Paz e parceria</p>	
<p>Até 2026, a Guiné-Bissau terá alcançado uma transformação económica estrutural impulsionada pelo aumento da capacidade produtiva, valor acrescentado, pela economia azul e pelo crescimento verde inclusivo que não deixa ninguém para trás, ao mesmo tempo que capitaliza as características dos Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento e assegurará a utilização sustentável e a proteção dos recursos naturais.</p>	<p>Objetivos estratégicos 2, 3 e 6</p>	<p>Prosperidade e planeta</p>	
<p>Até 2026, a população da Guiné-Bissau, em especial a mais vulnerável, terá um acesso e uma utilização acrescidos e equitativos a serviços sociais essenciais de qualidade, incluindo em situações de emergência.</p>	<p>Objetivos estratégicos 4 e 5</p>	<p>Pessoas</p>	

► 2.2. Quadro de cooperação: prioridades, resultados e realizações

Prioridade estratégica 1

Governança transformadora e inclusiva, abrangendo o respeito pelo Estado de direito e a manutenção da paz.

RESULTADO » 1

Até 2026, a população da Guiné-Bissau beneficiará de uma melhor governação democrática, da paz e do Estado de direito, e as suas necessidades básicas serão satisfeitas.



Realização 1.1



Fornecimento de 100 kits biométricos e digitalização de certidões de nascimento, como identificação do cidadão.

Realização 1.3



Recenseados 893.618 eleitores individuais, assegurando uma representação mais diversificada, com 434.009 homens e 459.609 mulheres a participar.



Mobilizados 2,4 milhões de dólares para as eleições legislativas de junho de 2023, a afluência às urnas deverá ser de 80%.

Realização 1.4



11,02% dos casos tratados pelo Centro de Acesso à Justiça para mediação e conciliação.



Resolução de 3.783 casos, 2.067 homens e 1.716 mulheres.

Realização 1.5



Reforço bem sucedido das capacidades de aplicação da lei através da formação de 150 agentes e membros do sistema judicial; 24 agentes da lei (19 homens e 5 mulheres) receberam formação especializada em ética e integridade.



Realização 1.1

O quadro institucional e as capacidades humanas e operacionais do Estado, de outros atores nacionais e dos agentes de mudança, são reforçados para apoiar uma mudança transformacional e uma mudança social em prol da governação democrática e para responder às necessidades de todos os cidadãos.

A ONU reforçou a capacidade das organizações da sociedade civil para monitorizar a administração pública, concedendo apoio financeiro para o desenvolvimento e lançamento do primeiro relatório de monitorização. Este valioso conhecimento sobre o recrutamento e a progressão na carreira no setor público, proporcionará a acessibilidade de dados para processos de tomada de decisões informadas.

Duas entidades nacionais importantes incorporaram com êxito a gestão de dados e os sistemas de informação digital nos seus quadros operacionais. Nomeadamente, o sistema de identificação integrado do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, um sistema de registo civil transformador, que está a melhorar a

governação e a inclusão social. A ONU forneceu 100 kits biométricos para a digitalização de certidões de nascimento e o Ministério reforçou o processo de identificação dos cidadãos. A ONU também capacitou a Assembleia Nacional através da implementação de uma plataforma de internet interativa e da transmissão em direto das sessões, promovendo assim a transparência e a responsabilização. A digitalização de todos os projetos de lei desde a independência, para que possam ser consultados no seu sítio internet (<https://www.parlamento.gw/>), embora não estando totalmente concluída, representa um passo significativo no sentido de uma melhor manutenção dos registos, de uma governação inclusiva e da participação.



Realização 1.3

Reforço dos processos políticos inclusivos, incluindo um ciclo eleitoral credível e transparente e um panorama mediático forte e independente.

Em 2023, a ONU apoiou a participação política inclusiva em vários setores, em colaboração com o Governo, durante as eleições legislativas. A contribuição da ONU permitiu ao Governo registar 893.618 eleitores individuais. Foram registados 434.009 homens e 459.609 mulheres, garantindo uma representação mais diversificada da população do país do que em eleições anteriores.

A ONU facilitou a criação de três novos serviços de registo de nascimento (BR) em unidades de saúde, beneficiando 40 prestadores de serviços de saúde e 20 líderes comunitários e oficiais do registo civil na região de Bafatá, aumentando a sua compreensão dos processos de BR.

As Nações Unidas apoiaram o processo de registo que resultou na inscrição escolar de 38.881 crianças, com destaque para a integração dos sistemas de registo nos setores da saúde e da educação. Em particular, mais de 480 crianças em idade pré-escolar obtiveram

certidões de nascimento através de esforços de mobilização envolvendo jardins-de-infância e líderes comunitários.

A ONU desempenhou um papel fundamental no reforço das competências de liderança política, em especial entre as mulheres, através da formação de 40 mulheres membros de partidos políticos em domínios como a oratória, estratégia de campanha e liderança feminina. Esta iniciativa teve como objetivo capacitar as 11 mulheres eleitas para o parlamento em 2023.

O Fundo Comum para as Eleições gerido pela ONU, apoiado por parceiros internacionais, mobilizou um total de 2.453.170 dólares. Como resultado, as eleições legislativas do país foram concluídas a 4 de junho de 2023 com uma elevada afluência às urnas de 79,57%, ultrapassando as médias regionais. É de salientar que o Governo financiou 70% do custo destas eleições e 202 observadores internacionais elogiaram os resultados pela sua credibilidade, transparência e inclusividade.



Realização 1.2

Criação de processos de diálogo político inclusivo e intra/interpartidário entre todas as partes interessadas relevantes sobre as principais reformas delineadas no Acordo de Conacri, em particular a revisão constitucional, bem como a reconciliação nacional e o envolvimento dos cidadãos, envolvendo jovens, mulheres e grupos vulneráveis, para consolidar a democracia e manter a paz.

A ONU, ao promover a confiança entre os atores políticos e sociais, reforçou a capacidade eleitoral dos parceiros e os mecanismos de coordenação com as autoridades nacionais, as OSC e os parceiros internacionais. Isto resultou em 200 OSC que defendem a realização de eleições legislativas justas e transparentes em junho de 2023 e a prevenção da retórica de divisão por parte dos atores políticos, bem como a participação das mulheres na monitorização eleitoral.

A ONU facilitou também o diálogo entre os atores políticos, o que resultou na adoção de um código de conduta eleitoral e em campanhas de educação cívica isentas de políticas de divisão. Houve 64 representantes de OSC (36 homens, 28 mulheres, incluindo pessoas com deficiência) a monitorizar os espaços políticos em toda a Guiné-Bissau. Durante o período pós-eleitoral, a ONU facilitou a identificação de lições e recomendações para a melhoria de futuros programas eleitorais, com especial incidência na inclusão e na capacitação das mulheres na política.



Realização 1.4

O acesso a serviços de justiça de qualidade, especialmente para as pessoas vulneráveis, e a promoção e proteção dos direitos humanos e da igualdade de género é reforçado.

Em 2023, com a assistência da ONU, 11,02% dos casos tratados pelo Centro de Acesso à Justiça (CAJ) foram encaminhados para mediação e conciliação. Isto indica uma utilização notável de métodos alternativos de resolução de litígios no âmbito do sistema judicial. Os esforços do CAJ resultaram na resolução de 3.783 casos, dos quais 2.067 envolvem homens e 1.716 envolvem mulheres.

A intervenção da ONU em Gabú tem sido fundamental, nomeadamente através da criação da Esquadra de Polícia Modelo e da adoção da Estratégia de Policiamento Comunitário. Esta iniciativa enfatiza o envolvimento da sociedade civil, especialmente das mulheres e dos jovens, nas operações de segurança. A criação de um

gabinete de género na esquadra de polícia é uma conquista inovadora, que simboliza o compromisso em abordar a violência baseada no género (VBG) e serve como um recurso vital para os sobreviventes. A ONU também trabalhou em conjunto com a polícia para promover os direitos das pessoas LGBT no país e para melhorar os conhecimentos dos agentes policiais sobre igualdade e não discriminação. Esta formação contribuiu para o desenvolvimento da capacidade institucional de proteger todos os cidadãos de acordo com a lei, independentemente do seu género e orientação sexual. Contribuiu certamente para influenciar a perceção dos agentes da polícia e para a necessidade de mudar as normas sociais na Guiné-Bissau.



Realização 1.5

É promovida uma cultura de independência e de integridade em todo o sistema judicial, nomeadamente através do reforço dos mecanismos de supervisão e de responsabilização, e são apoiadas as reformas do setor da justiça e das autoridades responsáveis pela aplicação da lei, a fim de reduzir a impunidade e lutar contra o tráfico de droga e o crime organizado transnacional e prevenir o extremismo violento.

A ONU desempenhou um papel fundamental no combate ao tráfico de pessoas (TIP) através de várias iniciativas. Em primeiro lugar, em colaboração com o Centro de Formação Judiciária (CENFOJ), a ONU desenvolveu um manual sobre o tráfico de pessoas destinado aos profissionais do sistema de justiça penal. A validação deste manual constituiu um marco significativo no reforço das capacidades dos profissionais, garantindo que as suas abordagens estão em conformidade com as melhores práticas internacionais.

Além disso, a ONU apoiou o Instituto da Mulher e da Criança (IMC) no reforço da política nacional de combate ao tráfico de seres humanos, com especial incidência no tráfico de crianças. Este esforço envolveu a criação de um novo Plano Estratégico Nacional para combater o tráfico de seres humanos, que abrange cinco anos e adota uma abordagem participativa em todas as regiões administrativas.

A ONU reforçou com êxito as capacidades técnicas de aplicação da lei de 150 agentes e membros do sistema judicial. Como resultado, 24 agentes da autoridade (19 homens e 5 mulheres) viram as suas competências técnicas

em matéria de ética e integridade reforçadas. Esta iniciativa institucionalizou padrões de ética e integridade no seio das principais instituições policiais e jurídicas.

A ONU contribuiu para melhorar o desempenho da Célula Aeroportuária de Luta Contra o Tráfico no Aeroporto Internacional de Bissau (Joint Airport Interdiction Task Forces - JAIFT, Bissau). Foram reforçadas as capacidades técnicas de 15 homens e 3 mulheres em matéria de indicadores de risco e de informações no domínio da luta contra o tráfico de droga. Esta contribuição traduziu-se numa resposta operacional concreta em termos de apreensões de droga no aeroporto de Bissau, conduzindo, em última análise, a uma redução do tráfico de droga no mercado nacional e internacional.

Mais de 83 jovens (47 rapazes e 36 meninas) estão mais bem informados sobre os efeitos do consumo de drogas e a necessidade de uma abordagem centrada nas pessoas na prevenção da toxicod dependência, através de ações de sensibilização promovidas pelo Observatório Guineense da Droga e da Toxicod dependência (OGDT), em parceria com a ONU, no âmbito do Dia Mundial da Droga.



“Olhem à vossa volta. Nunca, em todos os meus anos, **tive tanto arroz.**”



150 agricultores, **48%** mulheres participaram num projeto de nível nacional

na Guiné-Bissau: Produzindo Evidências para a Elaboração de Políticas.⁷

Na sua aldeia, enquanto chefe de família, Djadja fez parte de um grupo de 7 homens e 3 mulheres que receberam formação em técnicas melhoradas de produção de arroz, denominada SRI (Sistema de Rizicultura Intensificada), envolvendo práticas diferentes dos modelos de produção ancestrais. O SRI caracteriza por métodos específicos de seleção e preparação de sementes, de terreno, de transplante, controlo e gestão de água e nutrientes ao longo do ciclo de cultivo de arroz.

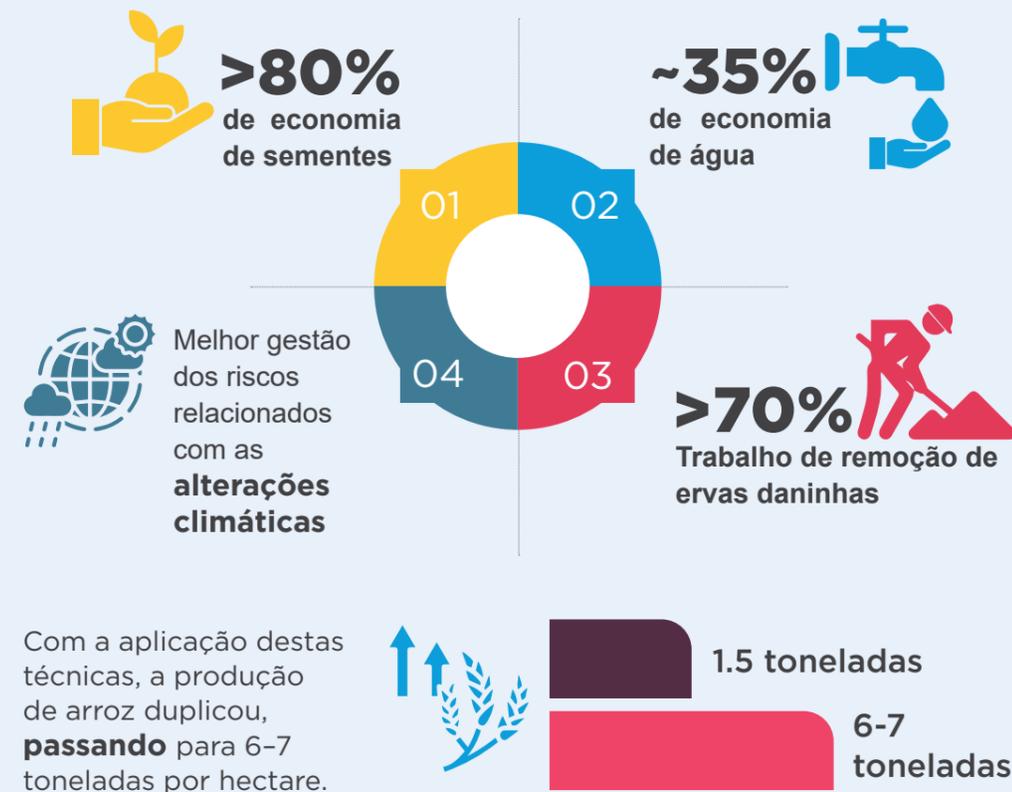
SRI é Sistema de Intensificação de Arroz

Djaja Baldé fala com dificuldade, é gaga, mas isso não lhe tira o brilho enquanto conduz pelos campos que cultiva com a sua família de 17 pessoas: **“Olhem à vossa volta, vejam por vós próprios. Nunca, em todos os meus anos, tive tanto arroz”**.

Estamos na região de Gabú, no leste da Guiné-Bissau, mais concretamente na aldeia de Sintchã Benfica. Nesta zona de maioria fula e muçulmana vivem algumas das populações que enfrentam mais dificuldades no complexo mosaico social bissau-guineense. Foi uma das regiões escolhidas para a localização de 5 dos 15 campos-piloto de produção de arroz melhorado criados em 2022 no âmbito do programa Reforço da Segurança e Soberania Alimentar

⁷ O projeto é financiado pelo Fundo Conjunto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e implementado pela FAO com o Programa Alimentar Mundial.

A prática do SRI traz diversos benefícios para o produtor,



Com a obtenção desses resultados no meio camponês, esta técnica mereceu uma atenção da parte não só dos agricultores como também do próprio Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, tendo sido objeto de vulgarização nas bolanhas das outras aldeias, nomeadamente em Sare Dabel, Wakilare, Madina Yoba, Gadamaio, Djabicunda/Uassado e Saucunda, ambas no leste do país.

Estas técnicas fazem parte dos esforços das Nações Unidas para apoiar a Guiné-Bissau nos seus esforços para alcançar a fome zero e a agricultura sustentável, em conformidade com os ODS.

Não se trata de práticas novas nem de conhecimentos recentes. Acontece que, no

final dos anos 90, quando esta sub-região africana recebeu apoio internacional para a instalação de campos-piloto, a Guiné-Bissau estava a sair da sua devastadora guerra civil-opaificou à margem dos avanços verificados além-fronteiras.

Djadja é inflexível e está visivelmente emocionada:

“Este ano, a minha família vai comer bem, sem preocupações. Nunca mais voltarei atrás - utilizarei esta nova técnica até ao fim dos meus dias, até morrer!”

PRIORIDADE ESTRATÉGICA 2

Transformação económica estrutural, desenvolvimento sustentável e crescimento verde inclusivo e resiliente que não deixe ninguém para trás.

RESULTADO » 2

Até 2026, a Guiné-Bissau terá alcançado uma transformação económica estrutural impulsionada pelo aumento da capacidade produtiva, valor acrescentado, pela economia azul e pelo crescimento verde inclusivo que não deixa ninguém para trás, ao mesmo tempo que capitaliza as características dos Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento e assegurará a utilização sustentável e a proteção dos recursos naturais.



Realização 2.1



Mais de 58.000 pequenos agricultores, dos quais 47% são mulheres, receberam cerca de 1.000 toneladas de sementes melhoradas.



Com a assistência técnica e financeira da ONU, o programa governamental de saúde animal vacinou 154.646 animais.

Realização 2.2



Quase 661 pessoas (341 mulheres e 320 homens) beneficiaram das intervenções da ONU e apoiaram financeiramente 68 mulheres, o que resultou num aumento notável de 31,5% dos benefícios em 6 meses, demonstrando ganhos económicos tangíveis e inclusão de género.



As iniciativas de desenvolvimento das infra-estruturas incluem a aquisição de 3 barcos e a reabilitação de 31,1 km de caminhos rurais.

Realização 2.3



Mais de 15.147 beneficiários de 21 Comportamento de Cidadania Organizacional (53% mulheres) receberam pequenas subvenções para reforçar as suas capacidades de gestão de catástrofes e os seus esforços de adaptação às alterações climáticas.

Realização 2.5



A produção de arroz passou de 4 para 12 toneladas, o que representa um aumento de 66,66% e beneficiando 50 famílias.



Realização 2.1

Reforço das capacidades para promover um crescimento económico resiliente, inclusivo e diversificado e um desenvolvimento humano sustentável, que conduza à redução da pobreza e não deixe ninguém para trás.

A ONU, em parceria com o Governo da Guiné-Bissau, reforçou as capacidades das comunidades nos domínios da agricultura e da sustentabilidade ambiental. Nomeadamente, 69 funcionários de organizações não governamentais (ONG),⁸ dos quais 24% são mulheres, viram as suas capacidades de gestão de projetos, monitorização e avaliação, e gestão organizacional reforçadas. Além disso, 1.200 agricultores, divididos em 60 Grupos de Escuta das regiões de Cacheu, Oio e Biombo, viram as suas competências técnicas melhoradas através de formação para resolver conflitos relacionados com a terra e para se envolverem em atividades geradoras de rendimentos. Mais de 58.000 pequenos agricultores, incluindo 47% de mulheres, receberam recursos agrícolas vitais, promovendo o aumento da produtividade. Foram distribuídas 150 toneladas de arroz para aumentar a segurança alimentar.

A colaboração da ONU com o Governo produziu progressos significativos no reforço do acesso ao mercado e na capacitação económica. Nomeadamente, a colaboração entre mais de 150 produtores locais e o Programa Alimentar Mundial (PAM) forneceu 142.150 toneladas de arroz e 15.550 toneladas de batata-doce às cantinas escolares geridas pela ONU, gerando receitas de 77.819.000 francos CFA, sendo mais de metade dos fornecedores mulheres. Este esforço foi complementado por um reforço específico das capacidades das mulheres e das jovens horticultoras em horticultura, criação de pequenas empresas e gestão de rendimentos no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Económico para as Regiões do Sul (PADES) nas regiões de Tombali, Quinará e Bolama-Bijagós. Estas iniciativas não só melhoraram

o acesso ao mercado e as ligações para os produtos locais, como também promoveram a capacitação económica e o desenvolvimento de competências entre as mulheres e os jovens. Esta iniciativa representou um passo significativo no sentido do crescimento inclusivo e do desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau, na medida em que proporcionou competências básicas de gestão e de mecanização agrícola a 150 pessoas, incluindo mulheres, jovens e pessoas com deficiência. As iniciativas de desenvolvimento fundiário abrangeram 1.530 hectares, beneficiando 1.590 agregados familiares.

A ONU apoiou o desenvolvimento de três documentos de política estratégica (1. Avaliação Ambiental e Social Estratégica, 2. Mapeamento das Zonas Costeiras e 3. Quadro de Gestão dos Recursos Naturais na Guiné-Bissau) para reforçar as políticas nacionais de resiliência climática e acesso à energia. Este trabalho alinha o compromisso do Governo com a utilização dos recursos costeiros, a capacitação económica e a melhoria do ambiente político.

Com o apoio da ONU, os esforços do Ministério da Agricultura estenderam-se ao setor agro-pastoril, com a vacinação de 154.646 animais, reduzindo as taxas de mortalidade e controlando as doenças infecciosas. Além disso, foram reforçadas as capacidades técnicas de 4.193 agricultores em matéria de boas práticas agrícolas e tecnologias inovadoras. Houve 40 agentes do Ministério da Agricultura a receber formação técnica em deteção de pragas do cajueiro, assim como 520 produtores, incluindo 60 mulheres (11,5%), apoiando assim o crescimento sustentável do setor agro-pastoril.

⁸ NIMBA, COCEDECAS & DDS-IEGB, ANCOF-GB, APRODEL e NADEL.



Realização 2.2

Melhoria do ambiente propício e reforço das capacidades do setor privado, da resposta às oportunidades de mercado emergentes e da contribuição para a produtividade, o crescimento e os meios de subsistência.

Para melhorar a inclusão financeira, a ONU apoiou a implementação de estratégias e planos de ação nacionais para expandir o acesso ao microfinanciamento. Isto beneficiou as pequenas empresas e as empresas em fase de arranque, aumentando a participação económica. No domínio do desenvolvimento de novos negócios, o Programa de Pequenas Subvenções (SGP) do GEF apoiou a construção de duas unidades fotovoltaicas de fabrico de gelo nas localidades de Suzana e Catió. Isto levou à introdução de quatro empreendimentos comerciais prósperos — venda de água gelada, sumo, conservação de peixe e venda de gelo. Estes negócios catalisaram uma transformação notável, como evidenciado por um aumento de 100% no rendimento médio da comunidade em três meses, atingindo 2.220.000 XOF (\$3.758), simbolizando uma capacitação económica substancial.

Além disso, as iniciativas de gestão sustentável das florestas, incluindo a aprovação do documento de apoio institucional e técnico à monitorização, comunicação e verificação (MRV) para a preparação para o REDD+, sublinham o empenhamento da ONU na gestão ambiental.

Com a assistência técnica e financeira das Nações Unidas, o Ministério da Agricultura formulou um plano de investimento abrangente para o setor agrícola, centrado em áreas-chave como a produção de arroz, cebola e aves de capoeira. Este plano foi subsequentemente apresentado num Fórum de Investimento global, destacando os esforços estratégicos para reforçar a segurança alimentar e aumentar a produtividade agrícola.

O setor da economia azul da Guiné-Bissau também registou progressos notáveis. A assistência técnica e financeira da ONU para reforçar a capacidade do setor das pescas melhorou significativamente os meios de subsistência e promoveu a utilização sustentável dos recursos oceânicos. Houve 661 indivíduos, incluindo 341 mulheres e 320 homens, a beneficiar das intervenções da ONU. Graças ao apoio da ONU, 68 mulheres nas zonas rurais

beneficiaram de financiamento e formação em literacia financeira e empreendedorismo. Isto permitiu-lhes comercializar produtos de origem local e sustentáveis provenientes do oceano e da terra, o que resultou num aumento dos lucros até 312%.

A assistência da ONU a iniciativas de desenvolvimento de infraestruturas, incluindo a aquisição de três barcos e a reabilitação de 31 km de caminhos rurais, melhorou o acesso a zonas remotas, abrindo potencialmente oportunidades económicas anteriormente inacessíveis. Estas iniciativas apoiadas pela ONU facilitaram um melhor acesso a serviços essenciais e melhoraram a mobilidade dos residentes de 18 aldeias, beneficiando 4.200 pessoas, metade das quais eram mulheres. Além disso, o projeto desempenhou um papel fundamental na promoção da comercialização de produtos agrícolas, demonstrando um impacto positivo na economia local e no bem-estar da comunidade ao ligar áreas remotas a centros económicos e sociais vitais.

Com a ajuda da ONU, o Ministério do Setor Público adotou uma Estratégia Nacional para a Criação de Emprego Rural, destinada a criar cerca de 40.000 postos de trabalho. Ao adotar uma abordagem global e multissetorial, integrando considerações de género e normas internacionais do trabalho, esta estratégia promove o diálogo social e a inclusão, assegurando um desenvolvimento holístico nas comunidades rurais.

Com o apoio da ONU na Guiné-Bissau, o Governo reforçou a sua capacidade de promover o crescimento económico inclusivo, identificando e validando prioridades para uma estratégia nacional e um plano de ação para promover ligações intensivas em termos de emprego em projetos de infraestruturas fundamentais. Durante o período abrangido pelo relatório, mais de 40 decisores políticos seniores, incluindo 12 mulheres, receberam formação sobre estratégias de apoio a investimentos com grande intensidade de emprego no planeamento e implementação de projetos de infraestruturas.



As capacidades das partes interessadas em termos de desenvolvimento informado sobre os riscos de catástrofes e de clima são reforçadas.

Realização 2.3

Através de iniciativas apoiadas pela ONU, foram realizadas 15 sessões de planeamento participativo, com base na comunidade, em 17 aldeias em São Domingos, Piche e Buba. Estes exercícios visaram a governação, a capacitação de mulheres e a adaptação às alterações climáticas, resultando na formulação de prioridades comunitárias, constrangimentos e planos de ação para os próximos cinco anos. Além disso, 588 indivíduos, 75% dos quais são mulheres, beneficiaram de capacidades técnicas melhoradas em diversas áreas, como a adaptação às alterações climáticas, a gestão empresarial e a liderança nos três distritos.

Além disso, através do GEF SGP, um total de 15.147 beneficiários (53% dos quais são mulheres), de 21 organizações de base comunitária, receberam pequenas subvenções para reforçar as suas capacidades de gestão de catástrofes e os seus esforços de adaptação às alterações climáticas.

As Nações Unidas apoiaram o Laboratório Nacional do Solo na realização de um diagnóstico e avaliação exaustivos das suas necessidades e na elaboração de um plano de ação para a reabilitação das suas infraestruturas laboratoriais. Cinco técnicos nacionais do Laboratório Nacional de Veterinária, receberam formação em técnicas de diagnóstico e de biossegurança.



As cidades/comunidades valorizam melhor o capital natural e melhoram a sua resiliência aos impactos do clima e das catástrofes como parte do desenvolvimento económico local sustentável e resiliente.

Realização 2.4

A ONU aumentou a produtividade agrícola, o acesso a água potável, a recuperação de terras, a gestão de resíduos, a capacitação das comunidades e o ordenamento do território nas regiões. Entre as realizações notáveis, contam-se a reabilitação de 460 hectares de campos de

arroz e a construção de infraestruturas rurais que beneficiaram 25.248 agricultores nas regiões de Tombali e Oio. Além disso, o fornecimento de oito furos solares e três furos manuais beneficiou mais de 5.755 indivíduos em 11 comunidades, aliviando os problemas de escassez de água.

O apoio da ONU prestado através do PEC, resultou na recuperação e gestão sustentável de 84 hectares de terra, beneficiando 2.384 pessoas empenhadas numa agroecologia inteligente do ponto de vista climático. Graças a estes esforços, a produção de arroz aumentou de 4 para 12 toneladas, o que representa um aumento de 66% e beneficia 50 famílias.

As iniciativas de gestão de resíduos resultaram na recolha e tratamento de mais de 720 toneladas de resíduos sólidos urbanos e na assistência a 240 mulheres rurais na evacuação de produtos. Além disso, foram concedidos títulos de propriedade a 18 comunidades e foram desenvolvidos guias de planeamento colaborativo com as partes interessadas do governo.



Reforço da governação e da gestão sustentáveis dos recursos ambientais e naturais, incluindo a proteção da biodiversidade, e das energias renováveis.

Realização 2.5

A ONU apoiou o Governo na execução de iniciativas fundamentais com resultados prometedores. Através do PEC, a adoção de tecnologias de energia com baixo teor de carbono aumentou a nível das bases, proporcionando benefícios às comunidades. Nomeadamente, 40 casas no complexo ecológico de Mata de Ucó utilizam agora energia fotovoltaica, beneficiando diretamente 313 indivíduos, incluindo 102 homens e 211 mulheres. Além disso, sistemas solares agora alimentam duas fábricas de gelo em Suzana e Catió, beneficiando indiretamente uma população substancial de 2.622 pessoas, incluindo 1.355 homens e 1.277 mulheres.

A assistência da ONU tem sido fundamental para melhorar o quadro jurídico da Guiné-Bissau em matéria de planeamento e gestão do uso da terra, integrando sensibilidades para a paz e os conflitos. Trabalhando em estreita colaboração com a Comissão Nacional da Terra, a ONU facilitou a criação e a divulgação de recomendações participativas destinadas a promover práticas de gestão da terra mais pacíficas e inclusivas. Esta iniciativa reflete a abordagem holística da ONU ao desenvolvimento sustentável e à consolidação da paz. Assegura que as estratégias se baseiam no contexto e nas experiências locais e são partilhadas com as

O reforço das capacidades da ONU na utilização do Quadro de Desenvolvimento Espacial (QDE) e da Ferramenta de Acompanhamento da Transumância (TTT) promoveu metodologias de planeamento espacial, envolvendo 35 participantes, incluindo seis mulheres, de vários setores. Foram elaborados planos de gestão comunitária e de desenvolvimento territorial para aumentar a produção de arroz em 25 campos, tendo sido criadas estruturas de gestão local para assegurar a sustentabilidade do fornecimento de obras e equipamento. Estas iniciativas contribuem coletivamente para promover o desenvolvimento socioeconómico e a sustentabilidade ambiental nas regiões-alvo.

partes interessadas nacionais e internacionais, reforçando assim o compromisso nacional de inclusão e paz na gestão da terra.

Além disso, com o apoio das Nações Unidas, estão a ser preparadas as bases administrativas para o Recenseamento Geral da Agricultura e Pecuária (RGAE), marcado pelo desenvolvimento de textos regulamentares, documentos técnicos e formação de técnicos. Um inquérito-piloto de recenseamento realizado nas regiões de Biombo e Bafatá serviu como passo preparatório para um recenseamento agrícola abrangente.

Num esforço centrado numa parceria, a ONU, juntamente com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, melhorou notavelmente a capacidade do governo da Guiné-Bissau para recolher dados e avaliar o impacto, a gravidade e os danos infligidos pelas pragas do cajueiro em todo o país. As descobertas destacam a prevalência da resinose, uma doença fúngica prejudicial, juntamente com pragas destrutivas como o serrador de ramos e plantas parasitas, fornecendo um recurso crucial para a conceção de estratégias eficazes de gestão de pragas em todo o país.



Transformações e consolidação da paz na vida das comunidades

Ussumane na sua moto, a vender peixe à sua comunidade

Ussumane Dabó, membro do Clube de Escutas da aldeia de Canico Lenqueuroto no Sector de Farim, região de Oio, norte da Guiné-Bissau, era como todos os jovens que dependiam da família e do trabalho agrícola para a sua sobrevivência. Durante a implementação do projeto “Gestão Inclusiva e Pacífica da Terra nas regiões de Cacheu, Oio e Biombo” com financiamento do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz (PBF), da FAO e do UN-HABITAT, ele foi identificado pela sua comunidade para liderar o Clube de Escuta dos rapazes, cuja missão era envolver os jovens na gestão e resolução pacífica dos conflitos ligados à posse da terra.

Ao mesmo tempo, os Clubes de Escuta desenvolveram um sistema financeiro sustentável entre os seus membros chamado

“abota”, que consiste numa contribuição semanal de 1.000 francos CFA para créditos rotativos numa base de lotaria. Ussumane Dabo recebeu 20.000 francos CFA do grupo para reembolsar em 19 semanas. Com a sua velha moto, decidiu investir na venda de peixe na rua. O seu primeiro dia de venda já lhe rendeu 30.000 francos CFA. As mudanças que viu com as suas vendas diárias de peixe rapidamente inspiraram os seus colegas membros do Clube e os jovens da aldeia e das áreas circundantes a dedicarem-se ao comércio. O dinamismo dos Clubes levou a FAO, através do fundo PBF, a aumentar o financiamento de capital para 800.000 francos CFA, para que pudessem garantir a sustentabilidade das suas actividades.

Para além da iniciativa empresarial, Ussumane Dabo e os jovens da sua aldeia são activistas



Entrega do título de reconhecimento de propriedade pelo Eng. Braima Biai (Diretor Geral de Geografia e Cadastro) ao Régulo de Quicet. outubro de 2023

sociais na resolução de conflitos comunitários, muito comuns em várias zonas do país, nomeadamente no que diz respeito a questões de propriedade de terras, roubo de animais, conflitos entre criadores de gado e agricultores, entre outros.

Assim, com o apoio da ONU-Habitat, foram realizadas demarcações e planeamento em algumas comunidades nas regiões de Cacheu e Biombo, com vista a um progresso a longo prazo. O processo de demarcação dos limites das comunidades foi efectuado através de uma metodologia altamente participativa, com base em trabalhos anteriores realizados pela FAO com o apoio das brigadas de delimitação e da população local. Como resultado, os limites das comunidades foram claramente definidos e foram emitidos certificados de reconhecimento

de terras pelo Estado da Guiné-Bissau, que garantirão a segurança da ocupação, posse e direitos de uso e aproveitamento das terras dessas comunidades. As comunidades dispõem agora também de um Plano de Desenvolvimento Territorial (PDT), elaborado de forma participativa com a própria comunidade, que orientará o crescimento da zona.

Nesta dinâmica, o projeto conseguiu ultrapassar as barreiras do envolvimento dos jovens na gestão e resolução de conflitos, o que demonstra o poder e o envolvimento das comunidades no planeamento, contribuindo assim para a materialização do ODS-16. Estas histórias são um testemunho da possibilidade de paz e prosperidade, mesmo perante um conflito, oferecendo lições valiosas para comunidades semelhantes em todo o mundo.

PRIORIDADE ESTRATÉGICA 3

Desenvolvimento do Capital Humano

RESULTADO >> 3

Até 2026, a população da Guiné-Bissau, em especial a mais vulnerável, terá um acesso e uma utilização acrescidos e equitativos de serviços sociais essenciais de qualidade, incluindo em situações de emergência.



Realização 3.1



Em 6 regiões, 45% dos estabelecimentos de saúde foram integrados nas prioridades nacionais de saúde definidas através de um fórum de cuidados de saúde primários revitalizado.



Em 2023, foram distribuídos 1,3 milhões de redes mosquiteiras no âmbito das campanhas sazonais de prevenção da malária, beneficiando 120.000 crianças e 91% dos casos receberam tratamento.

Realização 3.2



Com o apoio da ONU, foram construídas 852 escolas primárias, beneficiando 178 mil crianças, 25 mil raparigas, incluindo 634 crianças com deficiência.

Realização 3.3



300.000 dólares em dinheiro transferidos para 1.500 agregados familiares vulneráveis nas regiões de Tombali, Gabu e Bolama durante a fase de teste.

Realização 3.4



Um total de 268 comunidades alcançadas e 201 comunidades declaradas e certificadas como Sem defecação ao ar livre, indicando uma redução substancial na defecação ao ar livre, alinhado com as metas do ODS 6.

Realização 3.5



Alimentos nutritivos (222,3 t) chegaram a mais de 24.700 crianças com menos de 2 anos, superando em 19% o resultado do ano anterior; alimentos nutritivos especializados (80,9 Mt) distribuídos a 4.320 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses, com uma taxa de recuperação notável de 92,2%.



Realização 3.1

Até 2026, o sistema de saúde da Guiné-Bissau tem a capacidade de fornecer serviços de saúde de alta qualidade, integrados e centrados nas pessoas, com base numa abordagem de cuidados de saúde primários e pacotes de serviços essenciais abrangentes, tal como definido no Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde e aplicado a contextos de desenvolvimento e humanitários.

Os esforços da ONU envolveram o mais alto nível do governo e dos parceiros de desenvolvimento na preparação de uma conferência nacional de revitalização dos cuidados de saúde primários, realizada de 6 a 8 de fevereiro de 2023, cujas recomendações e apelo à ação recentraram o Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde na aceleração do progresso em direção ao ODS 3. A ONU também orientou os agentes comunitários de saúde (ACS) a nível central e regional após a instalação do novo governo, a fim de manter o empenho e a dinâmica da mudança para o planeamento e a orçamentação baseados nos resultados a nível subnacional.

Com o apoio da ONU, 45% das instalações de saúde, em seis regiões, oferecem serviços integrados, alinhados com as prioridades nacionais de saúde definidas através do fórum revitalizado de cuidados de saúde primários. As agências da ONU facilitaram o reforço das capacidades e o desenvolvimento de planos regionais plurianuais para reforçar as capacidades do Ministério da Saúde.

Os esforços da ONU foram direcionados para o Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), a hepatite viral e as infeções sexualmente transmissíveis, expandindo os serviços de despistagem e tratamento, com 73% dos indivíduos seropositivos a receberem cuidados. A despistagem do VIH entre as mulheres grávidas atingiu 98,8%, com 91% a receberem tratamento antirretroviral, enquanto que as campanhas de planeamento familiar atingiram mais de 27.000 novos utilizadores.

Com o apoio da ONU, os ACS desempenharam um papel fundamental, fornecendo tratamento precoce para doenças infantis e malária e promovendo a utilização de serviços de saúde por parte de mães grávidas e lactantes. Nomeadamente, foram distribuídos 1.3 milhões de redes mosquiteiras em 2023, contribuindo para as campanhas sazonais de prevenção da malária que beneficiaram 120.000 crianças. Houve 91% dos casos de malária a receber tratamento adequado.



Realização 3.2

As instituições de ensino e os professores têm capacidades acrescidas para assegurar um sistema de ensino equitativo e inclusivo e para reforçar o acesso a uma educação formal, informal e não formal de qualidade para crianças, jovens e adultos, a competências transversais e a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, em especial para as meninas e as mulheres, a fim de adquirirem um nível básico de literacia e resultados de aprendizagem adequados.

A ONU desempenhou um papel fundamental na melhoria do acesso das crianças e dos jovens a uma educação de qualidade. Apoiou a capacidade do Ministério da Educação para gerir e supervisionar eficazmente cerca de 12.500 professores através do desenvolvimento do projeto de Política Nacional de Professores. Isto deverá melhorar a afetação eficiente e equitativa de professores em 2024 e nos anos seguintes.

A ONU também apoiou o Ministério da Educação no desenvolvimento de quadros políticos abrangentes para melhorar o acesso equitativo à educação das crianças não escolarizadas. Isto incluiu o desenvolvimento e a validação técnica

de uma Estratégia Nacional para as Crianças Fora da Escola e o seu plano operacional orçamentado e a finalização do currículo de aprendizagem acelerada.

Além disso, a ONU apoiou 852 escolas com programas de alimentação escolar, beneficiando 178.993 crianças, incluindo 24.987 meninas e 635 estudantes com deficiência. Na educação infantil, a validação técnica do primeiro currículo pré-escolar da Guiné-Bissau para crianças de cinco anos foi um marco importante. Com o apoio da ONU, o currículo contribuirá para uma educação universal de qualidade na primeira infância para todas as crianças de cinco anos até 2030 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.2).



Realização 3.3

As instituições nacionais reforçaram as capacidades nacionais para desenvolver, implementar e financiar um sistema de proteção social resiliente, com base em critérios claros de vulnerabilidade e um sistema de informação de gestão forte, incluindo em situações de emergência.

Através da sua iniciativa “Construir a Resiliência na Guiné-Bissau através de um Sistema de Proteção Social Sensível aos Choques”, a ONU ajudou o Governo da Guiné-Bissau a avançar com o seu quadro de proteção social. Isto levou à conclusão de seis dos nove passos críticos necessários para o desenvolvimento da Política e Estratégia Nacional de Proteção Social e marcou um progresso substancial no reforço da resiliência da nação, através de medidas de proteção social reforçadas.

A ONU ajudou o Governo a estabelecer um Registo Social Nacional e a implementar transferências monetárias piloto, distribuindo aproximadamente 300.000 dólares entre 1.500 agregados familiares vulneráveis nas regiões de Tombali, Gabú e Bolama. Estas iniciativas foram complementadas por uma análise abrangente do panorama da proteção social, pela elaboração de um quadro político e pelo desenvolvimento de um registo único, bem como pela realização de programas temáticos de reforço das capacidades

dos funcionários governamentais e das ONG envolvidas. Estas atividades contribuíram significativamente para melhorar a capacidade institucional de um sistema de proteção social não contributivo, demonstrando o compromisso da ONU em promover mecanismos de proteção social resilientes e sensíveis a choques na Guiné-Bissau.

Com o apoio da ONU à Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência e ao Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva, foram criados uma comunidade e um repositório em linha. Isto facilitou a colaboração e a partilha de conhecimentos entre as partes interessadas. As iniciativas dirigidas aos grupos vulneráveis centraram-se na melhoria do emprego, da saúde, da educação e do bem-estar, o que levou ao desenvolvimento de materiais de comunicação para aumentar a sensibilização. Um projeto na região de Cacheu teve impacto em mais de 330 mulheres e seus dependentes, criando grupos de



poupança comunitários e implementando programas de micro-seguros de saúde. Esta iniciativa melhorou significativamente a inclusão financeira e a acessibilidade aos cuidados de

saúde, resultando em aproximadamente 12.000 dólares poupados coletivamente, reforçando assim o capital humano e social.



Realização 3.4

As comunidades das zonas rurais, periurbanas e das pequenas cidades, alcançam cada vez mais o direito a uma habitação e um habitat adequados, com acesso a serviços sustentáveis de água e saneamento e a práticas de higiene melhoradas, conduzindo a um estatuto livre de defecação a céu aberto, através de modelos escaláveis de prestação de serviços ligados aos mercados.

A promoção do saneamento e da higiene na Guiné-Bissau pela ONU, nomeadamente através da abordagem de Saneamento Total Liderado pela Comunidade (CLTS), resultou num total de 268 comunidades abrangidas por iniciativas de saneamento e higiene. Houve 201 comunidades declaradas e certificadas como livres de defecação a céu aberto. Isto indica uma redução substancial da defecação ao ar livre, alinhando-se com as metas do ODS 6.

Além disso, as intervenções da ONU no domínio da água, do saneamento e da higiene (WASH), centraram-se na criação de resiliência

e de sistemas sustentáveis, atingindo 77.554 indivíduos no processo. Em 2023, a participação feminina nas iniciativas comunitárias aumentou de 20% para 42%, o que exigiu mais recursos para a componente de água do WASH.

Em resposta à pandemia de COVID-19, a ONU iniciou um projeto abrangente para monitorizar e combater o vírus nos aglomerados informais. Foram inquiridos mais de 1.000 agregados familiares em cinco cidades-chave: Bissau, Bafatá, Gabú, Mansôa e Bubaque, fornecendo dados empíricos sólidos para informar as estratégias de resposta à pandemia.



Realização 3.5

O serviço nacional de nutrição tem a capacidade técnica para planear, prestar serviços, monitorizar e avaliar a implementação de intervenções a nível central, regional e das instalações para garantir a segurança alimentar e reduzir a desnutrição aguda e crónica entre crianças com menos de cinco anos, adolescentes, pessoas com deficiência e mulheres nas áreas mais afetadas, incluindo em situações de emergência.

Com a contribuição das Nações Unidas, foram introduzidas melhorias significativas na luta contra a desnutrição, nomeadamente nas crianças das regiões prioritárias. Foram implementadas simplificações no protocolo de Gestão Integrada da Desnutrição Aguda (IMAM), o que permitiu reforçar as capacidades técnicas de 119 profissionais e 475 ACS.

Com o apoio da ONU, 222 toneladas métricas de alimentos nutritivos chegaram a mais de 24.700 crianças com menos de dois anos de idade, ultrapassando em 19% o resultado do ano anterior. Além disso, foram distribuídas 80 toneladas métricas de alimentos nutritivos especializados, que ajudaram na recuperação de 4.320 crianças com idades compreendidas entre os seis meses e os cinco anos, atingindo uma taxa de recuperação notável de 92,2%.



Realização 3.6

Os sistemas nacionais reforçaram a capacidade de desenvolvimento de políticas e de implementação de intervenções para promover a proteção da criança e a igualdade e diversidade de género, e para prevenir práticas nefastas.

A ONU apoiou fortemente a validação e a divulgação pelo Governo da primeira política e plano de ação de proteção da criança. Foi igualmente apresentado ao Parlamento, para aprovação, um novo Código de Proteção da Criança. Os resultados da contribuição da ONU incluíram também o lançamento de um sistema de gestão de casos de proteção da criança e o alargamento a todo o país da comunicação de incidentes através de ferramentas digitais sobre casos de proteção da criança.

A ONU ajudou o Estado a concluir o relatório de implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), que foi validado pelo Governo e pelos parceiros da sociedade civil, com a participação de crianças e jovens. O relatório encontra-se em fase de apresentação.

O Ministério da Mulher, da Família e da Solidariedade Social, juntamente com vários parceiros, incluindo a ONU, registou progressos significativos na proteção das crianças e no combate a práticas nefastas, como a violência, o abuso, a exploração e a negligência de crianças durante o período abrangido pelo relatório. A comunicação de incidentes sobre esses casos duplicou num ano, passando para





728 casos comunicados em 2023, entre os quais 140 sobreviventes de violência sexual e 67 de casamentos prematuros. Além disso, 118 casos foram geridos pelo sistema judicial e mais de 12.000 crianças e adolescentes receberam informações sobre prevenção da violência, graças aos esforços de 41 prestadores de serviços de proteção da criança em parceria com a ONU.

Num esforço significativo para combater a mutilação genital feminina (MGF), o casamento infantil e a violência contra as crianças, mais de 60.000 indivíduos em 132 comunidades foram envolvidos num diálogo transformador através de iniciativas apoiadas pela ONU. Com o apoio da ONU, foram desenvolvidas ferramentas inovadoras de envolvimento da comunidade e foi efetuado um estudo exaustivo sobre os padrões e os fatores que estão na origem da MGF, a fim de aumentar a eficácia das intervenções. A iniciativa permitiu a criação de seis clubes

de homens, especificamente concebidos para combater a violência baseada no género (VBG) e as práticas nocivas, envolvendo 239 jovens em campanhas de sensibilização específicas. Os esforços de mobilização social foram ainda mais amplificados através da campanha “Envolver Rapazes e Homens para Acabar com a MGF”, atingindo diretamente 1.647 indivíduos. Esta iniciativa visa promover os direitos humanos e as abordagens transformadoras de género, defendendo mudanças nas normas sociais para erradicar práticas nocivas. Um momento crucial desta campanha foi a organização do primeiro teatro itinerante de sempre durante os 16 dias de ativismo contra a VBG e a celebração do 75.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O objetivo era sensibilizar as comunidades e associar estes esforços a histórias de interesse humano convincentes, marcando assim um passo significativo no sentido da mudança cultural e normativa.



“Esforço-me sempre por satisfazer as necessidades da minha família.”

Numa pequena aldeia de **Timbo**, na **região de Tombali**, vive um homem chamado **Mafudge Sanhá**. Vive com a mulher e quatro filhos pequenos, lutando para sobreviver. Mafudge é deficiente visual. Perdeu a visão devido a uma doença há cinco anos e, desde então, o seu filho mais velho, de 11 anos, tornou-se o seu guia de confiança.

Na Guiné-Bissau, os impactos socioeconómicos da COVID-19, combinados com a crise na Ucrânia e os efeitos das alterações climáticas, destacaram a extrema fragilidade e inadequação do sistema de proteção social do país para apoiar pessoas como Mafudge a superar as adversidades e viver uma vida plena, apesar dos desafios que enfrentam.

Para fazer face a esta situação, o Projeto Conjunto das Nações Unidas **“Construir Resiliência na Guiné-Bissau através de um**

Sistema de Proteção Social Sensível ao Choque”, financiado pelo **Fundo Conjunto para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável**, centrou-se na melhoria do bem-estar dos agregados familiares vulneráveis, fornecendo apoio financeiro para garantir a satisfação das necessidades básicas das suas famílias.

Mafudge e a sua família estão entre os 1.500 agregados familiares mais vulneráveis identificados pelo registo de beneficiários de agosto de 2023 nas regiões de **Bolama-Bijagós, Gabu e Tombali, na Guiné-Bissau**. A identificação e o registo deram prioridade aos agregados familiares mais vulneráveis que se encontram em situação de insegurança alimentar, afectados por choques económicos e climáticos, especialmente os agregados familiares chefiados por mulheres e as pessoas com deficiência.



Mafudge Sanhá a contar o dinheiro recebido do programa de transferência de dinheiro da proteção social com o filho de 11 anos ao seu lado.
Foto: © Credits_WFP_Charlotte_Alves

Acompanhado pelo seu filho, Mafudge Sanhá, caminha em direção à multidão de homens, mulheres e jovens de trinta outras aldeias do sector de Catió para receber a primeira parcela da transferência de dinheiro. Nas suas palavras, **“o que me trouxe aqui foi algo muito importante. O recenseamento foi efetuado. Disseram-nos que o dia chegaria, que nos dariam o dinheiro e isso é hoje uma realidade”**, diz Mafudge Sanhá, sempre segurando as mãos do seu filho enquanto espera pela sua vez na fila para receber a transferência de dinheiro através do operador móvel como prestador de serviços financeiros presente no terreno.

Além disso, Mafudge Sanhá diz: **“Disseram-nos para usar o dinheiro para o que mais precisamos, em comida e outras coisas do género. Por isso, agora tenciono gastar o dinheiro nisso, porque toda a gente na Guiné-Bissau sabe que a situação não é muito boa.”**

Antes de receber a primeira prestação de 40.000 XOF (64,56 USD), Mafudge diz que ele e a sua família estavam a **“passar por momentos difíceis”**. **“Já quase não havia comida, o arroz subiu e tive de pedir dinheiro emprestado à minha irmã em Bissau.”**

Como muitos outros chefes de família, Mafudge tem de continuar a sustentar a sua família em tempos difíceis e num país onde apenas 2,5% das pessoas beneficiam da segurança social, deixando outros para trás. Ele disse: **“Tenho uma família e não quero que ela sofra em momento algum. Tento sempre satisfazer as necessidades da minha família”**. Embora esteja grato pelo apoio financeiro que recebeu, defendeu que a duração da intervenção fosse alargada para garantir a satisfação das necessidades básicas da sua família.

► 2.3. Apoio a parcerias e financiamento da Agenda 2030

Em 2023, o Grupo de Parceiros de Desenvolvimento (GDP) da Guiné-Bissau emergiu como uma plataforma fundamental para promover o diálogo estratégico entre os parceiros de desenvolvimento e o Governo. Coordenado e convocado pelo Coordenador Residente (CR), este grupo reforçou a eficácia e a sustentabilidade das intervenções de desenvolvimento no país. O Gabinete do Coordenador Residente (RCO) assegura o seu secretariado, garantindo uma comunicação e coordenação simplificadas entre todas as partes interessadas envolvidas.

Copresidido pelo CR, pelo Banco Mundial e pela União Europeia (UE), o GDP estabeleceu o seu quadro de governação, definiu as suas orientações operacionais e identificou setores prioritários, incluindo a saúde, a educação, a governação, o apoio orçamental e a agricultura.

Uma conquista significativa durante o período em análise foi o facto de o GDP ter facilitado o diálogo estratégico entre o Governo e os parceiros de desenvolvimento, o que foi fundamental para a mobilização de recursos para a organização bem-sucedida de eleições legislativas a 4 de junho de 2023. O apoio coordenado dado pelo Projeto de Apoio às Eleições do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), exemplifica o empenho dos parceiros em promover os processos democráticos e a governação na Guiné-Bissau. O DPG também lançou uma plataforma online para partilha de informação e colaboração entre parceiros. Esta plataforma fornece um espaço centralizado para a disseminação de informação específica do setor, atualizações sobre eventos futuros e a coordenação de parceiros em missões conjuntas no país.

Apesar destas realizações, a UNCT enfrentou desafios relacionados com a instabilidade política e institucional, incluindo a dissolução da Assembleia Nacional e a frequente rotação de pessoal nos ministérios. Estes obstáculos sublinharam a importância da adaptabilidade e a necessidade de reforçar as capacidades da comunidade e do mercado local para uma execução eficaz do projeto.

Os desafios na execução dos programas evidenciaram a necessidade de reforçar as comunidades e os mercados locais. Os programas educativos que capacitam os indivíduos para os esforços de desenvolvimento local, juntamente com o reforço dos mercados locais para apoio aos projetos, foram identificados como áreas críticas que necessitam de atenção. A dependência de fornecedores internacionais e regionais sublinhou o potencial de reforço das cadeias de valor locais para melhorar a diversificação económica e a resiliência.

A instabilidade política e os problemas de gestão financeira dificultaram a aplicação das políticas, enquanto os estereótipos de género e as práticas nefastas exigem estratégias abrangentes para promover a igualdade de género. Os desafios a nível da mão de obra no setor da saúde, da fiabilidade do sistema educativo e das medidas de proteção social acentuaram ainda mais a necessidade de melhorar os sistemas e a aplicação das políticas.

A experiência adquirida com a resposta a estes desafios realça o papel indispensável da liderança e do empenhamento do governo, bem como da colaboração entre as várias partes interessadas, do apoio financeiro e da comunicação. A melhoria da gestão dos dados e a simplificação dos procedimentos são cruciais para o êxito da execução dos programas. Sublinhando a necessidade de inovação, resiliência e criação de parcerias, as lições aprendidas são fundamentais para navegar nas complexidades do desenvolvimento sustentável e financiar efetivamente a Agenda 2030.

► 2.4. Resultados da ONU trabalhar mais e melhor em conjunto: coerência, eficácia e eficiência da ONU

O UNCT na Guiné-Bissau desenvolveu uma Estratégia de Operações Comerciais (BOS) para o período 2022-2026, em colaboração com as agências residentes da ONU. Esta estratégia significa o compromisso da ONU com uma ação unificada, com o objetivo de apoiar o UNSDCF através de operações rentáveis e harmonizadas.

O BOS é uma ponte crucial entre a programação e as operações, assegurando a entrega atempada e eficiente de um UNSDCF de elevado impacto. Isto, por sua vez, reforça a posição da ONU como parceiro preferencial do Governo da Guiné-Bissau. As agências residentes da ONU participantes incluem o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), o Departamento das Nações Unidas para a Segurança e Proteção (UNDSS), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), juntamente com o Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas (RCO).

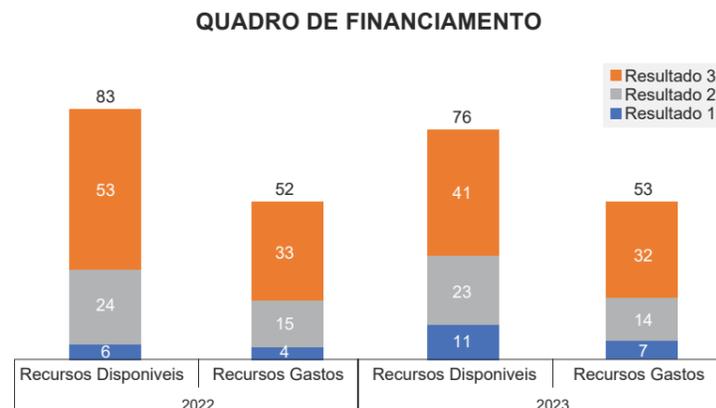
A Equipa de Gestão de Operações dá prioridade à implementação do BOS para cumprir a agenda de eficiência do Secretário-Geral. Para garantir uma prestação eficiente do UNSDCF, a Equipa

de Gestão de Operações criou cinco grupos de trabalho centrados em linhas de serviço comuns para identificar áreas de poupança de custos. A revisão anual do BOS de 2023 revelou uma redução de custos bem-sucedida de \$184.592 dólares. No final de 2023, o total de custos evitados relacionados com o BOS para a Guiné-Bissau é de \$811.942 dólares, com as poupanças realizadas a excederem em 85% os \$689.149 dólares estimados. Este facto demonstra a eficácia do BdO na obtenção de eficiência de custos nas operações da UNCT.

A repartição dos custos evitados em vários domínios revelou poupanças significativas. O PNUD obteve a maior poupança, de \$297.612 dólares, excedendo o seu objetivo em 54%. A UNICEF também ultrapassou as expectativas, atingindo 110% do seu objetivo, com uma poupança de \$98.571 dólares. Os resultados impressionantes do UNFPA atingiram \$241.449 dólares, excedendo as poupanças estimadas em 130%. A FAO contribuiu com \$11.320 dólares, representando 18% do objetivo estimado. Foram obtidas poupanças substanciais nos serviços de TIC (\$164.204, 50% do montante estimado) e nas Finanças (\$301.676, excedendo o objetivo em 207%). Até os Recursos Humanos e o PAM contribuíram, poupando 91% e 43% dos seus objetivos estimados, respetivamente, com \$10.000 e \$18.439 poupados.

► 2.5 Quadro financeiro

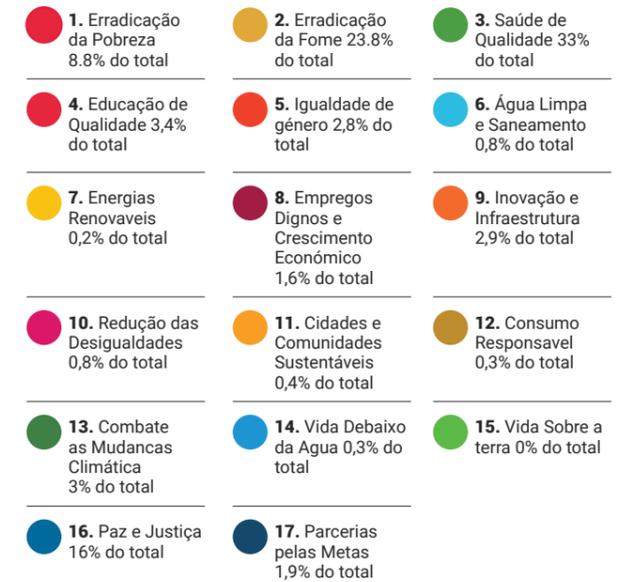
Em 2023, a UNCT conseguiu mobilizar 76 milhões de dólares e incorreu em 52 milhões de dólares de despesas.



Para onde o dinheiro está indo?
Como a ONU contribui para os ODS?



Recursos Disponíveis US\$ 73,1 milhões



111 Intervenções Programáticas no Plano de Trabalho Conjunto





CAPÍTULO



PRINCIPAIS OBJETIVOS DO UNCT PARA 2024

Ao chegarmos a meio caminho da implementação do UNSDCF para 2002-2026, continuamos empenhados em aprender com os desafios e realizações dos últimos dois anos. O nosso objetivo em 2024 é consolidar os ganhos obtidos para acelerar o progresso em direção aos ODS. O UNSDCF estabelece as nossas prioridades estratégicas e orienta os nossos esforços no sentido do desenvolvimento sustentável.





Os riscos e oportunidades identificados na segunda atualização da Análise Comum do País servirão de base para o desenvolvimento do nosso Plano de Trabalho Conjunto para 2024-2025. A UNCT definiu algumas prioridades-chave para 2024 que ajudarão a alcançar o desenvolvimento sustentável e a promover a boa governação no país. Estas prioridades exigirão uma colaboração estreita com o Governo e outros parceiros para garantir que as intervenções estejam alinhadas com as prioridades nacionais e que os recursos sejam mobilizados para financiar os ODS. A este respeito, as seguintes prioridades serão fundamentais para o próximo ano, além do trabalho em curso para a concretização dos três resultados do UNSDCF.

Governança e direitos humanos

A ONU apoiará o processo eleitoral na Guiné-Bissau. Para o efeito, colaborará com o Governo e outros parceiros para garantir que o processo eleitoral seja transparente, livre, inclusivo e justo. Isto implica a prestação de assistência técnica e financeira ao longo de todo o ciclo eleitoral. Tendo em conta os compromissos assumidos pela Guiné-Bissau no âmbito da iniciativa

global “Direitos Humanos 75”, a ONU apoiará o Governo a colaborar com os mecanismos de direitos humanos da ONU, incluindo o Exame Periódico Universal, os órgãos dos tratados e os procedimentos especiais do Conselho dos Direitos Humanos da ONU. A ONU apoiará igualmente a sociedade civil e outras partes interessadas a participarem no processo de Revisão Periódica Universal.

Reforçar o planeamento do desenvolvimento nacional

A ONU prestará apoio para reforçar os processos de planeamento do desenvolvimento nacional, incluindo planos setoriais para alcançar as prioridades de desenvolvimento nacional e os ODS. Será prestado apoio específico para formular e implementar um novo Plano de Desenvolvimento Nacional, que seja orientado para o país, inclusivo e alinhado com as prioridades de desenvolvimento nacional e a realização dos ODS. O apoio incluirá igualmente a preparação do Governo e dos parceiros nacionais para um melhor envolvimento e acompanhamento das recomendações dos principais fóruns mundiais para a definição da agenda de desenvolvimento, incluindo a Cimeira

do Futuro e a Quarta Conferência Internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Melhoria dos sistemas de dados e de estatísticas

Será prestado apoio integrado para reforçar o sistema nacional de dados e estatísticas. Para o efeito, será necessário colaborar com o Governo para melhorar a recolha, a análise e a divulgação de dados. A ONU apoiará o Governo na realização do recenseamento nacional e no reforço da capacidade das instituições nacionais, para recolher e utilizar dados para a elaboração de políticas baseadas em dados concretos. Isto incluirá a organização do recenseamento geral da população.

Aceleração dos ODS

A ONU reforçará o apoio político integrado para a aceleração dos ODS. A ONU dará prioridade a programas e iniciativas de aceleração com impactos catalíticos e transformadores em comunidades vulneráveis, incluindo meios de subsistência, igualdade de género, direitos humanos e desigualdades. A ONU apoiará o Governo no desenvolvimento e implementação de estratégias transformadoras a nível dos sistemas para alcançar os ODS, incluindo a transformação dos sistemas alimentares e a proteção social. Será dada prioridade a iniciativas transformadoras para combater a segurança alimentar, bem como ao reforço dos sistemas de saúde.

Coordenação dos parceiros de desenvolvimento

Além disso, a ONU continuará a implementar o Quadro de Coordenação dos Parceiros de Desenvolvimento de forma a apoiar uma liderança governamental eficaz em setores-chave, incluindo saúde, educação, agricultura e governação económica. Isso envolverá trabalhar em estreita colaboração com os parceiros para garantir que sua assistência técnica se alinhe com as prioridades do governo e fortaleça as instituições e sistemas governamentais, para cumprir a Agenda 2030 e os compromissos de direitos humanos da Guiné-Bissau. Isto ajudará a melhorar a eficácia das intervenções dos parceiros e a promover o desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau.



Mobilização de recursos

A ONU também apoiará os esforços para aumentar a mobilização de recursos. Isto envolverá trabalhar com o Governo e outros parceiros para mobilizar recursos para a implementação dos ODSs. A ONU apoiará o Governo na identificação de fontes de financiamento, no desenvolvimento de parcerias e na alavancagem do investimento do setor privado para financiar os ODS.

Desenvolvimento de parcerias

Com base no DPG da Guiné-Bissau como plataforma central para promover o diálogo estratégico entre os parceiros de desenvolvimento e o Governo, o UNCT continuará a reforçar as suas iniciativas de parceria, incluindo a procura de vias para a cooperação sul-sul.

ACRÓNIMOS



AfCTA	Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africano	REDD	Redução das emissões resultantes da desflorestação e da degradação florestal
BOS	Estratégia de Operações Comerciais	RGAE	Recenseamento Geral da Agricultura e Pecuária
BR	Registo de Nascimento	SDF	Quadro de Desenvolvimento Espacial
CAJ	Centro de Acesso à Justiça	ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CENFOJ	Centro de Formação Judiciária	SERP	Plano de Resposta Socioeconómica
ACS	Agentes Comunitários de Saúde	PEC	Programa de pequenas subvenções
OSC	Organizações da Sociedade Civil	SIDS	Pequeno Estado insular em desenvolvimento
DPG	Grupo de Parceiros de Desenvolvimento	TiP	Tráfico de pessoas
UE	União Europeia	TTT	Ferramenta de acompanhamento da transumância
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	ONU	Organização das Nações Unidas
MGF	Mutilação Genital Feminina	UNCT	Equipa Nacional das Nações Unidas
VBG	Violência Baseada no Género	UNDAF	Quadro de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente	UNDS	Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana	UNDSS	Departamento das Nações Unidas para a Segurança e Proteção
IMAM	Gestão integrada da malnutrição aguda	UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
IMC	Instituto da Mulher e da Criança	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
FMI	Fundo Monetário Internacional	UNIOGBIS	Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros	UNSDCF	Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
MICS	Inquérito aos Indicadores Múltiplos	WASH	Água, Saneamento e Higiene
MRV	Monitorização, comunicação e verificação	WFP	Programa Alimentar Mundial
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional	WHO	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental		
OGDT	Observatório Guineense da Droga e da Toxicodependência		
PADES	Projeto de Desenvolvimento Económico para as Regiões do Sul		
RC	Coordenador Residente		
RCO	Gabinete do Coordenador Residente		



NAÇÕES UNIDAS
GUINÉ-BISSAU

